

# PEQUENOS PRODUTORES E A COOPERAÇÃO INFORMAL NA AGROVILA II DO ASSENTAMENTO “17 DE ABRIL”, RESTINGA/SP

Graziella Aparecida Garcia de LIMA\*  
Raquel Santos SANT'ANA\*\*

- RESUMO: O foco de análise está na organização do trabalho coletivo informal em assentamentos. Consideramos trabalho coletivo informal, aquele que decorre de uma necessidade imediata, porém sem a necessidade do emprego de documentações ou contratos que formalizem o trabalho. Dessas relações podem surgir espaços com valores diferenciados, voltados para as relações de identidade, fortalecendo as relações de confiabilidade, sejam encontradas via parentesco, ou contempladas pelos laços de afinidades na vizinhança, entre outras no Assentamento “17 de Abril”, município de Restinga/SP.
- PALAVRAS-CHAVES: assentamentos; trabalho coletivo informal; afinidades; identidades.

## Introdução

Este artigo tem como objetivo a apresentação de uma pesquisa realizada no ano de 2006<sup>1</sup> que teve como universo o assentamento “17 de Abril”, de Restinga, macro-região de Ribeirão Preto e os sujeitos foram às famílias que realizam atividades coletivas, embora estas sejam informais. O foco deste estudo voltou-se para aquelas que de alguma forma trabalham coletivamente, mas de maneira informal, isto é, sem documentação que regule esta prática, porém com estreita ligação com a maneira formal. As relações que regulam estas práticas são as de confiabilidade e identidade, que perpassam pelas afinidades incididas em graus de consangüinidade, laços de vizinhança, amizade, etnia, etc.

Houve a preocupação de que a pesquisa não fosse norteadada por uma visão etnocêntrica, que pode deformar a essência e o

---

\* Graduada em Serviço Social pela UNESP-Franca/SP, CEP 14400-690.

\*\* Professora, Doutora do Departamento de Serviço Social da UNESP-Franca/SP, CEP 14400-690.

<sup>1</sup>Que se transformou no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) para obtenção do título de bacharel em Serviço Social, na UNESP-Franca/SP.

sentido dos aspectos analisados. Contudo, está claro que a possibilidade de neutralidade do pesquisador é uma “ficção”, já que este traz consigo toda uma “bagagem cultural” da qual não se desfaz quando observa a realidade. Neste caso, permanece o desafio de análise respeitando as contradições, proposições e transformações ocorridas no meio rural.

O contato com a comunidade se realizou a partir do Núcleo Agrário Terra e Raiz (NATRA). A importância da participação neste grupo se deu pela possibilidade de trabalhar em assentamentos da região de Ribeirão Preto, entre eles, o Pré-assentamento “Sepé-Tiarajú”, o “Mário Lago” e o “17 de Abril”, em Restinga, que nos trouxe uma idéia das diversas realidades encontradas e suas diferenciações. Durante a realização da pesquisa, a autora deste artigo foi estagiária de Serviço Social, fato que auxiliou na compreensão da realidade investigada.<sup>2</sup>

Neste artigo, para fornecer elementos para análise da realidade específica do trabalho coletivo informal no Assentamento “17 de Abril”, procurou-se compreender os aspectos históricos da questão agrária brasileira em suas duas últimas décadas analisando a situação da região de Ribeirão Preto, SP no que se refere à concentração de terras e os conflitos daí oriundos. Outro aspecto importante a ser destacado é a compreensão de como se dá a organização da produção em assentamentos e a relevância do trabalho coletivo para esse empreendimento, bem como o papel dos movimentos sociais e instituições públicas na assessoria aos assentados para a produção.

### **Algumas Questões Sobre O Meio Rural Brasileiro (1984-2004)**

Para se entender a conjuntura do período de 1984-2004 e não restringir o debate sobre a Questão Agrária no Brasil é necessário considerar alguns aspectos sobre as relações capitalistas no campo brasileiro. No período anterior à abertura política o

---

<sup>2</sup>A perspectiva de realização de um estágio supervisionado, consolidado no quarto ano do curso de Serviço Social (2006) facilitou o processo de investigação, já que o contato com a comunidade se tornou mais regular, com observação mais sistemática da realidade. Ainda neste ano, a inserção ao programa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) possibilitou aprofundar as análises da pesquisa e socializá-las no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

governo não optou pela realização de uma Reforma Agrária, mas sim pela união entre empresas capitalistas e o latifúndio, o que implicou numa reestruturação produtiva no meio rural, bem como na valorização do mercado de terras. Como consequência, observa-se neste período a opção pelo “desenvolvimento”, pela modernização e pela compra de terras por grandes grupos. O governo priorizou a exportação, a valorização de alguns itens agrícolas como o café, a soja, a cana-de-açúcar, entre outros. Adotou “pacotes tecnológicos” vinculando a obtenção de créditos e subvenções à opção por estes produtos, o que resultou em conflitos no campo e na ampliação da concentração de terras. Isso ocorreu porque o capital tem como objetivo histórico a sua reprodução crescente e ampliada. No caso brasileiro tivemos uma modernização da agricultura sem a realização da Reforma Agrária e um grande número de produtores foi atingido, não sendo mais proprietários de seus instrumentos de trabalho nem de suas terras, passando a vender sua força de trabalho às empresas rurais. Posteriormente, grande parte desses trabalhadores teve sua força de trabalho substituída pela mecanização. O resultado foi o surgimento do trabalhador rural assalariado chamado “bóia fria”, muito freqüente, principalmente nas regiões Sul e Sudeste do Brasil. As condições de vida deste segmento são extremamente precárias por não terem remunerações de forma a garantir, por exemplo, a segurança alimentar de sua família<sup>3</sup>. Sem perspectivas de sobrevivência, os trabalhadores migraram para as grandes cidades, principalmente na década de 1970, vivendo de forma desumana e em subempregos. A questão da liberdade para o trabalho, neste caso, está intimamente ligada ao conceito de igualdade, mas esta “igualdade” se expressa apenas no sentido contratual para o trabalho, não está presente quando se fala em exploração do trabalho e pagamento justo por este.

---

<sup>3</sup> MELLO, M. C. D. *O Bóia-Fria: Acumulação e Miséria*. Rio de Janeiro: Petrópolis, 1978. “Já se constatou nas políticas implantadas no Brasil, que desde o Estatuto do Trabalhador Rural (1963), a condição de assalariamento não ocorreu em conformidade com o direito. Originou um grande contingente de bóias-frias, devido ao fato de que muitos proprietários, não podendo ou não querendo arcar com encargos trabalhistas, dispensaram os trabalhadores fixos das propriedades, passando a empregar apenas diaristas sem direito a moradia, alimento e assistencial social”. (p. 57).

Quando MARX<sup>4</sup> afirma que só o trabalho cria valor através da produção cada vez maior de mercadorias e riquezas para o capitalista, e que este “valor a mais” não é pago aos trabalhadores via salários e é acumulado, demonstra que o trabalhador cria e recria ao mesmo tempo sua liberdade e sua dependência ao capital. Esta dependência, por sua vez, se apresenta ao trabalhador e ao capitalista, porém de forma desigual, pois enquanto os primeiros perdem, os últimos ganham. Se apenas o trabalho é capaz de produzir mais valor ao capital investido inicialmente e se a dependência existe para ambos, essa relação de exploração e dependência se apresenta de forma diferenciada e ilusória. Esta ilusão é o que o autor denomina como “relação alienadora”, porque “separa” socialmente o trabalhador dos meios de produção e reprodução. Assim, o trabalhador torna-se também mercadoria comprada pelo salário e pelo capital. Essa desigualdade e contradição aí encontradas apenas têm capacidade de incidir na sociedade com apoio na “igualdade jurídica”.

No ano de 1998, com o apoio da imprensa e já no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, o “presidente sociólogo”, com sua política agrícola e seu programa de “Reforma Agrária de Mercado” criou mecanismos apresentados como incentivos para associações de trabalhadores comprarem terras e obterem empréstimos do governo federal, assumindo assim todo o débito das aquisições. Vincularam sua política de reforma agrária aos ajustes econômicos impostos internacionalmente e defendiam a não responsabilidade do Estado sobre a estrutura fundiária brasileira passando-a para a sociedade civil. Para tal, empréstimos fornecidos pelo Banco da Terra serviram de segurança ao Banco Mundial para a implantação desta idéia de Reforma Agrária. (DELGADO<sup>5</sup>, 2005). Com a sua propaganda de condução para um “Novo Mundo Rural”, ou melhor, “Nova Revolução Agrária”, ou em termos mais apropriados, para uma “Reforma Agrária de Mercado”, o governo descentralizou a questão da reforma agrária e sua política agrícola aumentou a subalternidade dos pequenos proprietários para com o governo, desrespeitou a Constituição da

---

<sup>4</sup> MARX, K. *O Capital: crítica da economia política. O processo de produção do capital*. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1996 (v. II)

<sup>5</sup> DELGADO, G. A. A Questão Agrária no Brasil, 1950-2003. In: *Questão Agrária no Brasil: Perspectiva Histórica e Configuração Atual*. São Paulo: INCRA, 2005.  
*Serviço Social & Realidade, Franca, 16(1): 126-162, 2007*

República na função social da terra e permitiu que os latifundiários continuassem a especular com a terra. Se os grandes proprietários quisessem vender suas terras, estas seriam compradas a preço de mercado, e se não as vendessem, teriam suas propriedades valorizadas e não desapropriadas. Este é um exemplo claro de que permaneceu o “tráfico de influências” no poder público respaldado por políticas governamentais. A função social da terra deveria nortear-se pelo artigo 186 da Constituição do Brasil de 1988, que foi brutalmente desrespeitada no que se refere a variados aspectos<sup>6</sup>.

Com o término do governo de FHC, no ano de 2002, Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT) assume a presidência da República e a expectativa pela realização da Reforma Agrária se fez presente, principalmente para os movimentos sociais, que consideravam este governo como aliado na luta pela terra. O governo petista apresentou uma proposta para o II Plano Nacional de Reforma Agrária, o II PNRA<sup>7</sup> elaborado com diálogo estabelecido com os movimentos sociais, por grandes estudiosos do tema. Dentre eles estão Plínio de Arruda SAMPAIO, Guilherme DELGADO, Leonilde Servolo de MEDEIROS. O atual governo diminuiu a violência contra os trabalhadores, mas em contrapartida, os latifundiários responderam a esta suavização da repressão policial, com milícias armadas atacando as famílias sem terra<sup>8</sup>. A proposta do governo para o II PNRA é de que em quatro anos fossem assentadas 400 mil famílias; 500 mil regularizações e beneficiamento de mais 150 mil famílias com o crédito fundiário; a criação de dois milhões de postos de trabalho; a regularização e

---

<sup>6</sup> Art. 186 - A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos: I - aproveitamento racional e adequado; II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores. *Constituição do Brasil*.

<sup>7</sup> PROPOSTA DO II PLANO NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA, apresentado ao MDA e elaborado pela equipe técnica encarregada da sua formulação. Brasília, outubro, 2003.

<sup>8</sup> ALBUQUERQUE, V. O. *Reforma agrária no governo Lula: uma análise do II Plano Nacional de Reforma Agrária*. Tese de Mestrado de Serviço Social apresentada à UNESP – Faculdade de História, Direito e Serviço Social. Franca, 2005. (p. 103)

cadastramento de 2,2 milhões de imóveis rurais; assistência técnica para o pequeno produtor e a demarcação de terras para a população quilombola, direito à educação cultura, etc. Porém, no caso do orçamento destinado à efetivação do plano, percebe-se que houve restrições de recursos, resultado da política econômica que ainda prioriza a alta de juros e o cumprimento de acordos internacionais com instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI) <sup>9</sup> e Banco Mundial. Um exemplo dessa correlação de forças foi à aprovação do II PNRA não condizente com a proposta inicial feita pelos estudiosos, “o que frustrou as expectativas dos trabalhadores rurais”, rebaixando a meta de um milhão de famílias assentadas para 400 mil no prazo de 2004 a 2007 (ALBUQUERQUE, 2005). Já com relação à posição da bancada ruralista no Congresso, além de persistirem nas pressões sobre o governo, também requereram a abertura de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) para investigação das ocupações de terra. Como resultado investigou várias instituições ligadas aos movimentos sociais o que fortaleceu a representação das empresas rurais e latifúndios novamente. O relatório redigido ao longo do processo foi substituído por outro no dia da votação final pela bancada ruralista, demonstrando a grande força desta, e qualquer alteração na política de distribuição de terras no Brasil acaba por não ser aprovada nestas instâncias. No ano de 2003, foram assentadas apenas 50% das famílias esperadas, ficando claro que os compromissos firmados com os movimentos sociais foram cumpridos apenas parcialmente<sup>10</sup>.

---

<sup>9</sup> Recentemente o Governo Lula anunciou a superação da situação de dívida com o FMI. Deve ser destacado, contudo, que para além da dívida decorrente da consolidação dos compromissos internacionais, sob o aval do FMI, a que se refere este anúncio (e mais fundamental) coloca-se o problema da continuidade da inserção do país na lógica da política econômica neoliberal, com relação à qual o FMI constitui instância central de estabelecimento de relações.

<sup>10</sup> Ainda sobre a análise dos dados do II PNRA do governo Lula, os dados fornecidos por Fernandes (2006) nos esclarece: “... de 2003 a 2005, temos analisado a seguinte tendência: Em 2003, o governo Lula assentou 36 mil famílias, sendo 24% em terras desapropriadas ou compradas e 76% em lotes de assentamentos já existentes. Em 2004, o governo Lula assentou 81 mil famílias, sendo 32% famílias em terras desapropriadas ou compradas e 68% em lotes de assentamentos já existentes. Em 2005 o governo Lula assentou 127 mil famílias, sendo 21% em terras desapropriadas ou compradas e 24% em lotes de assentamentos já existentes, 39% em assentamentos realizados em terras públicas

*Serviço Social & Realidade, Franca, 16(1): 126-162, 2007* 131

Apesar de o atual governo estabelecer mais diálogo com os movimentos sociais de luta pela terra, diferentemente dos governos passados, e por ter sido conhecido como representante da “esquerda” brasileira, Lula e o PT necessitam dar respostas aos trabalhadores rurais. Segundo dados fornecidos pelo sítio do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), o Índice de Gini, que mede o grau de desigualdade de renda, recuou de 0,554 (2003) para 0,547 (2004), sendo considerado o melhor índice desde 1981; a renda dos 10% mais pobres cresceu 4,1% em 2004; a participação na renda dos 50% mais pobres cresceu: passou de 14,4% da renda para 15,2% da renda total, enquanto os 5% mais ricos da população por sua vez tiveram redução de 33,8% para 32,5% da renda total<sup>11</sup>.

No quadro da questão social no Brasil, o problema da luta pela terra ocupa posição relevante, uma vez que o país dispõe de vastas extensões não aproveitadas ou aproveitadas de maneira deficiente. Estas áreas são anexadas, via de regra, pelos latifundiários, e mais recentemente pelas grandes empresas, como reserva de valor. Constitui lógica elementar que as mesmas se convertam em alvos dos movimentos sociais, particularmente quando o desemprego estrutural se converte em praga internacional.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ocupa um lugar de destaque na conjuntura política brasileira atual, não apenas no que diz respeito à questão agrária, mas como referência para a maioria dos temas discutidos nesta esfera; volta-se para a reivindicação de melhores condições de vida no campo e na cidade, distribuição mais igualitária das riquezas produzidas e a construção de uma sociedade mais democrática. Nesta perspectiva é praticamente inevitável sua presença forte na mídia e pelas próprias características do movimento, de sua motivação ideológica e do significado da sua atuação nos meios de comunicação social. Na seqüência, apresentamos alguns dados sobre a luta pela terra no Estado de São Paulo.

---

e 16% em assentamentos já existentes em terras públicas”. Dados encontrados no sítio do MST, fornecidos por Bernardo Mançano FERNANDES. (26/01/2006)

<sup>11</sup> Dados encontrados no sítio do MDS, em 22/05/2006.

## **A Concentração de Terras e a Reforma Agrária no Estado de São Paulo**

O empenho em pesquisar a concentração de terras no Estado de São Paulo se fez presente, por ser uma região conhecida como fornecedora de oportunidades de emprego, que leva ao “inchaço” das cidades e o crescimento da questão social. Além disso, o estado sofre com o desmatamento do que restou das suas Florestas Tropicais, bem como com a prática da especulação imobiliária, muito comum porque a região apresenta facilidade maior para o escoamento da produção, fato que representa muitos problemas em outras regiões do país. A migração significativa de trabalhadores, principalmente das regiões Norte e Nordeste do Brasil para a capital e cidades vizinhas do estado de São Paulo na década de 1980 foi expressiva, com a utilização da força de trabalho volante para o trabalho em lavouras. Isso ocorreu porque o estado é conhecido como a região com maior fertilidade do solo, além de outras facilidades, o que possibilitou às empresas agroindustriais, a produção de cana, laranja, soja, amendoim e frutas em geral. Essas condições propiciaram a formação de um amplo complexo agro-industrial. Porém, conflitos que resultaram do desemprego e da alta mecanização nas usinas, foi “solo fértil” também para a forte atuação dos movimentos sociais em defesa do trabalhador rural em São Paulo. Os trabalhadores de origem rural, sob a força tecnológica capitalista na agricultura, tiveram suas esperanças minimizadas e passaram a buscar melhores condições de vida nas cidades e um emprego estável que lhes possibilitasse estabelecer, no meio urbano, uma nova história com suas famílias<sup>12</sup>. Esses conflitos agrários no Estado de São Paulo são decorrências da configuração fundiária e do desemprego rural. Este ocorre, sobretudo, na década de 1990, onde o trabalhador teve parte de seu trabalho suprida por maquinários, e por outro lado, as cidades não ocuparam esse excedente de mão-de-obra recusada

---

<sup>12</sup> MEDEIROS, L.; LEITE, S. (Orgs.) *A Formação dos Assentamentos Rurais no Brasil: Processos Sociais e Políticas Públicas*. Porto Alegre-Rio de Janeiro: Universidade UFRGS/ CPDA, 1999. Segundo ponderações de Medeiros: “As peregrinações nas periferias urbanas – sem, no entanto que tivessem abandonado o corte da cana-de-açúcar – tem marcado este grupo de bóias-frias que, tanto quanto outros sonharam com a cidade e agora desejavam retornar a terra”. (p. 67).

pelo campo. No estado ocorre também, além da utilização de muitos maquinários no campo, um grande número de propriedades voltadas para pastagens; além disso, inúmeros conflitos ocorreram devido à expulsão de populações indígenas e remanescentes de comunidades quilombolas.

Diante deste quadro de aumento da questão social, a necessidade de programar políticas públicas que se voltem para essa problemática surgiu, tanto para controlar os conflitos, como para responder à sociedade como um todo. Neste âmbito, foi muito importante a atuação do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), voltados para a implantação de políticas públicas agrárias, principalmente no Estado de São Paulo. Assim, a constituição de assentamentos por esses órgãos ocorre devido às pressões exercidas pelos movimentos sociais rurais e volta-se para a instalação de famílias trabalhadoras sem terra para que possam realizar atividades em pequenas unidades agrícolas. Muitos assentamentos foram efetivados, mas cada região apresenta dificuldades específicas.

Com relação àqueles trabalhadores que lutam pela terra, o que se pode ressaltar é que o número de famílias acampadas em 2003 era da ordem de 96.025, sendo 400.000 trabalhadores em 871 acampamentos<sup>13</sup>. Destes, 496 acampamentos estão vinculados ao MST e 375 ligados à CONTAG. Ainda segundo informações do INCRA, foi efetivado o assentamento de 84.184 famílias em 2004, e segundo a CPT, de janeiro a agosto de 2005, houve uns aumentos no número de novas ocupações de terras (257 no total), constando 43 novos acampamentos<sup>14</sup>.

As transformações na agricultura só são viáveis se houver uma reforma ampla na estrutura fundiária do Estado, através da divisão e distribuição de terras. Isso será possível com a luta dos camponeses pressionando o governo para que a reforma agrária realmente se efetive.

---

<sup>13</sup> Dados encontrados no jornal *Folha de São Paulo*, sessão Brasil, por Eduardo Scolese, publicado em 23/02/2003. (p. A. 04).

<sup>14</sup> Assentamentos Novos e Antigos Podem Sofrer com Falta de Censo, aponta o Núcleo de Estudos Agrários. Informação encontrada em sítio do MST, visitado em setembro de 2005.

## O Conflito de Terras em Ribeirão Preto

No Estado de São Paulo, onde está localizada a região de Ribeirão Preto, a implantação de políticas públicas nos assentamentos é de responsabilidade de dois órgãos públicos: o Instituto de Terras do Estado de São Paulo e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. As áreas de intervenção direta do ITESP estão localizadas nas regiões de Araraquara, Motuca, Matão e Ribeirão Preto, sendo nesta última que se localiza Restinga. Segundo dados encontrados na *Folha de São Paulo*<sup>15</sup> todos estes assentamentos, com exceção do localizado em Restinga, são organizados pela FERAESP e, em Bebedouro, a extensão de terras era de propriedade da antiga FEPASA<sup>16</sup>, sendo o assentamento ligado ao grupo do sindicato dos empregados rurais de Cosmópolis e Bebedouro. Está ocupada desde 1997 e foi regularizada em 1999, com área de 1.310 hectares e 83 famílias. Em Jaboticabal, o assentamento Córrego Rico (antiga FEPASA), ligado à FERAESP, teve sua ocupação em 1998 e regularização em 1999, em uma área de 500 hectares e 47 famílias. Na região de Pitangueiras, no Assentamento Ibitiúva (antiga área da FEPASA), também está ligado a FERAESP, foi ocupada em 1993 e regularizada em 1999, com área de 726 hectares e 43 famílias. Em Pradópolis e Guataparã, o Horto Guarany (antiga FEPASA), ligado à FERAESP, ocupada em 1992 e regularizada em 1999. Conta com uma área de 4.180 hectares e 273 famílias. No município de Restinga, o Horto Florestal da Fazenda Boa Sorte (antiga FEPASA), tem a presença de dois movimentos, o MST e o MLST. Com ocupação de 2.979 hectares em março de 1998, teve sua regularização no mesmo ano (nove meses depois), e hoje conta com 146 famílias<sup>17</sup>.

Encontramos também assentamentos organizados pelo INCRA e sob sua responsabilidade. Os assentamentos da macro-região de Ribeirão Preto são os: em Araraquara: – o “Bela Vista do Chibarro”, ligado ao grupo FERAESP e ocupada em 1987, sendo

---

<sup>15</sup> Folha de São Paulo, 10 jul. de 2003. p. A.04

<sup>16</sup> Ferrovias Paulista S/A.

<sup>17</sup> Dados fornecidos pelos representantes dos movimentos sociais, encontrados no *Jornal Folha de São Paulo*, sessão Ribeirão, publicados em 15/06/2003 por Rogério Pagnan. (p. C. 01)

regularizada em 1989, contando com 3.427 hectares para atender 176 famílias; na cidade de Colômbia e Formiga, que apesar de não apresentar, atualmente nenhum vínculo a movimentos sociais na sua organização e nem no processo de ocupação<sup>18</sup>, tem-se como hipótese que tenha sua origem ligada a alguma organização social e que posteriormente, tenha rompido esses laços organizacionais. Foi regularizado em 1999 com 1.063 hectares assentando 47 famílias. O assentamento localizado em Perdizes, que também não apresentou um movimento social definido envolvido na sua organização, conta com área de 1.527 hectares, regularizada em 1989 e com o envolvimento de 36 famílias. Encontramos também algumas áreas que ainda estão à espera de regularização, tais como: Boa Esperança do Sul – Cachoeira: ligados à FERAESP. Seus 450 hectares devem ser comprados pelo INCRA para assentar 30 famílias. Na região de Serrana, na Fazenda Santa Clara (antiga Usina Martinópolis), o Assentamento Sepé Tiarajú, do MST teve sua área comprada pelo INCRA é de 1.001 hectares atendendo 78 famílias<sup>19</sup>. No município de Colina, a ocupação da área de Estação Experimental de Zootecnia, ligada à FERAESP que ocupou 2.487 hectares em 1996 e as 250 famílias envolvidas está acampadas na vicinal; região de São Simão: Fazenda Santa Maria. 147 famílias ligadas à FERAESP ocuparam 2.750 hectares em 1996 e esperam a regularização das terras<sup>20</sup>.

Nestes locais, na diversidade de formas em que se concretizou o funcionamento destes, vamos encontrar as situações de confronto entre a perspectiva individualista e a tentativa de evolução para diversas formas de cooperação. As associações e cooperativas não estão livres de perverter seus princípios

---

<sup>18</sup> Esta observação e outra análoga mais adiante, obtidas por fonte jornalística não esclareceu a outra forma, que não a ocupação para a presença das famílias na área. Fica como hipótese que tenha ocorrido, ao longo de um período de tempo extenso, a entrada de famílias isoladas até configurar um grau de intensidade desta presença e que levou a iniciativa estatal para a regularização.

<sup>19</sup> Em visita ao local e a partir de conversas com a liderança, esta nos afirmou que as ações para a regularização da área já se iniciaram, inclusive com a divisão dos lotes, assim como estradas, etc.

<sup>20</sup> “Entretanto, observamos que o acampamento “Mário Lago”, em Ribeirão Preto” ainda não havia sido contabilizado na época da pesquisa e aproximadamente 600 famílias também se encontravam à espera de regularização de suas áreas. Hoje, este já teve sua regularização e se tornou um assentamento.

democráticos e distributivos. Diante disso, várias são as cooperativas que funcionam como empresas tradicionais, com a centralização da administração e com o emprego de táticas enérgicas de mercado, tornando seus associados afastados da gestão do negócio e da divisão dos lucros<sup>21</sup>.

A região de Ribeirão Preto que é mais conhecida como o reduto das usinas de álcool e açúcar, tem em sua configuração relações que perpassam pelo desrespeito ao meio ambiente até os abusos cometidos contra trabalhadores rurais. Em contrapartida temos a atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e a ação também do Movimento de Libertação dos Sem-Terra (MLST), da FETAESP, FERAESP, entre outras, para a organização de famílias trabalhadoras em demandantes de terra. Hoje tem a notoriedade de ser a “Califórnia Brasileira”, sendo conhecida pela cultura da cana-de-açúcar e pelo desenvolvimento do agro-negócio. A mecanização, por exemplo, no caso de Ribeirão Preto, acontece para “solucionar” o problema da demanda de álcool e açúcar, porém acentua o desemprego estrutural. Ao trabalhador rural cabe a condição de miserabilidade, marginalidade e quando consegue trabalho, é como diarista, por empreitada, etc., formas de exploração capitalista do trabalho rural. Segundo CHIAVENATO<sup>22</sup> (1996) a cana-de-açúcar é o principal produto encontrado nas plantações de 59 dos 82 municípios da macro região de Ribeirão Preto.

A questão agrária neste município evidencia-se através da ênfase à agroindústria canavieira. As transformações técnicas, como a intensificação do processo mecanizado e as melhorias genéticas da cana, atenuaram os gastos com a produção patrocinando ao usineiro a acumulação do capital. Passou a receber um grande contingente de trabalhadores rurais para um trabalho sazonal, vindos de áreas como norte e nordeste do país, principalmente nos períodos de safra. Estes trabalhadores são alojados em locais de péssimas condições de moradia, alimentação, infra-estrutura, etc.

---

<sup>21</sup> MARIANA, F. B. *Autonomia, Cooperativismo e Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST): Contribuições Educativas para Autogestão e Pedagogias de Levante*. Tese de Mestrado apresentada para USP, São Paulo, 2003.

<sup>22</sup> CHIAVENATO, J. J. *Violência no campo: O Latifúndio e a Reforma Agrária*. 2ª. ed. São Paulo, 1996. (Col. Polêmica)

Neste quadro verifica-se, por exemplo, que, no caso do corte da cana, no ano de 2005, vinte trabalhadores morreram por serem obrigados a cumprirem metas de colheita que estão acima do considerado aceitável para o trabalho humano<sup>23</sup>. A autora MELLO<sup>24</sup> (1984) ao caracterizar esta forma de exploração do trabalho na década de 1980, onde o trabalhador tinha como meta a colheita de oito toneladas, traz uma afirmação importante e que vale para o atual contexto, onde a meta passou a ser de 10 a 12 toneladas:

É o trabalhador que acorda as três ou 4 horas da madrugada, prepara sua comida, caminha até o ponto do caminhão que deverá transportá-lo, viaja de 1 a 2 horas para chegar ao local de trabalho. Trabalha de 10 a 12 horas com pequenos intervalos para a comida do caldeirão, e só volta para casa à noite. Ganha pelo que produz e, quando agüenta, até o limite de suas forças.

Já há muito tempo, IANNI (1984) analisou a questão das usinas de cana-de-açúcar, que na região de Ribeirão Preto está no centro do debate da exploração do trabalho. O autor demonstra que há diferenciação no processo produtivo entre o trabalho do bóia-fria e o operário da usina.

Na usina, a cana-de-açúcar é industrializada, transformada em açúcar e álcool, seguindo as exigências e a lógica da produção industrial. Aí comandam os processos físicos e químicos, mas sobressaem a máquina e o andamento mecanizado. Na usina, a força de trabalho e a divisão social do trabalho organizam-se produtivamente segundo os movimentos e o andamento do capital industrial. Pouco a pouco, as exigências da Usina se estabelecem e se impõem nos canaviais sobre os fazendeiros, os plantadores e os operários rurais. (...) É nesse movimento que se aplicam e

---

<sup>23</sup> Relator Nacional de Direitos Humanos à Alimentação Adequada, Água e Terra Rural da Plataforma DHESC Brasil, entidade que participa do programa da ONU (Organização das Nações Unidas). Segundo informações encontradas no jornal *Folha de São Paulo*, por Rogério PAGNAN. Sessão Ribeirão. “Cortadores de cana são pressionados por metas”, publicado em 09/10/2005. (p. C-04)

<sup>24</sup> MELLO, M. C. D. *O Bóia-Fria: Acumulação e Miséria*. Rio de Janeiro: Petrópolis, 1978. (p. 9-10)

propagam o fertilizante, o defensivo, o caminhão, o trator, a queima das folhas, a intensidade da força de trabalho.<sup>25</sup>

No aspecto ambiental, vale observar que o município de Ribeirão Preto está num dos pontos de afloramento e de recarga do Aquífero Guarani e a utilização de agrotóxicos nas plantações de cana da região representam grande perigo. O emprego de queimadas também atinge a população, tanto rural quanto urbana e os casos de problemas respiratórios, principalmente em crianças e idosos se fazem presentes. Como respostas a todos esses abusos, tanto os relacionados à exploração do trabalho como do meio ambiente é que se estabelecem os acampamentos e assentamentos de trabalhadores organizados pelo MST na região de Ribeirão Preto. Dentre eles, destacamos o pré-assentamento “Sepé Tiarajú”, no município de Serrana/SP, o pré-assentamento “Mário Lago”, Fazenda da Barra, município de Ribeirão Preto e a existência de outro assentamento, o “17 de Abril”, no município de Restinga/SP.

O “Sepé Tiarajú”, pré-assentamento do INCRA, localiza-se entre os municípios de Serrana e Serra Azul/SP, e surgiu com a ocupação da Fazenda Santa Clara (área de 7.680 hectares), no dia 17 de abril de 2000. Devido à existência de muitas dívidas esta teve sua área empregada com fins de reforma agrária, atuando na área o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) com o projeto-piloto de instalação de assentamento de acordo com o Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), com reflexos sobre a forma coletiva do trabalho e no centro das atenções as questões da produção, educação, saúde do homem e do meio ambiente, etc.<sup>26</sup>

Já o assentamento “17 de Abril”, que é foco deste trabalho e cuja análise será aprofundada a seguir, se localiza no município de Restinga, macro região de Ribeirão Preto e surgiu com uma ocupação no Horto Florestal da Boa Sorte no dia 01 de janeiro de 1998, contando com 146 famílias e aproximadamente 800 sem terra. Foi implantada pela política do governo estadual da época que no seu projeto de Reforma Agrária realizou assentamentos em hortos, política esta que atualmente apresenta limitações

---

<sup>25</sup> IANNI, O. *A Luta pela Terra: História Social da Terra e da Luta pela Terra* numa área da Amazônia. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1979. (p. 52)

<sup>26</sup> Dados de Documento Mimeo., disponibilizado pela Regional do MST/Ribeirão Preto, 2005.

significativas, sendo mesmo deficitária no que tange ao fortalecimento da produção familiar nestes assentamentos. Uma destas dificuldades relaciona-se à existência de eucaliptos que têm sua destoca lenta, destoca esta da responsabilidade do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP). Ainda assim, a formação do Assentamento “17 de Abril”, no Horto da Fazenda Boa Sorte, município de Restinga, SP, apresenta grande importância para a localidade, principalmente por representar aumento de movimentação no comércio local e em arrecadações de impostos no município.

### **Produção e Trabalho Coletivo em Assentamentos: vantagens e Dificuldades**

As possíveis modificações econômicas advindas das cooperativas e associações são o aumento da renda, a racionalização da produtividade, o desenvolvimento agroindustrial, a obtenção de créditos, etc. É claro que, dada a cultura individualista pré-existente, esta tentativa de intervenção enfrenta significativos obstáculos. Estes estão relacionados também ao planejamento da produção e, neste caso, à falta de conhecimento de técnicas no preparo do solo, o que afeta o cultivo e colheita dos produtos. Tal dificuldade representa obstáculo muito sério, seja inicialmente, quando a produção é para subsistência das famílias assentadas e, com muito mais razão, num segundo momento, voltado para a produção de excedentes, com vistas a uma possível comercialização.

Problemas com relação ao escoamento da produção, obtenção de crédito, entre outras, também são encontrados e o incentivo do caráter coletivo da produção pode auxiliar na solução de muitos desses problemas. Entretanto, o trabalho coletivo e cooperado demonstram limitações significativas na sua concretização que, contudo, permanece como uma saída no rumo da humanização<sup>27</sup>. Apesar dessas contradições, podemos afirmar

---

<sup>27</sup> ROMANO, J. O. Poder, Valores e Conflitos nos Processos de Organização no Interior dos Assentamentos. Comentários a um Debate. In.: *Assentamentos Rurais: Uma Visão Multidisciplinar*. Medeiros, L.; Barbosa, M. V.; Franco, M. P.; Esterci, N.; Leite, S. (Orgs.). São Paulo. Ed. UNESP, 1994. Nessas ações coletivas, de acordo com a análise de Romano (1994): “Há condições objetivas para que um ator tenha a possibilidade de aprender uma nova forma de trabalho, incorporar e  
140 *Serviço Social & Realidade, Franca, 16(1): 126-162, 2007*

que a particularidade apresentada na organização formal do trabalho coletivo, por exemplo, a cooperativa, está precisamente na obrigação de se distinguir das empresas comerciais clássicas.

As vantagens econômicas<sup>28</sup> precisam ser acumuladas em favor dos associados, que por serem os próprios gerenciadores e controladores da cooperativa têm a possibilidade de combinar o desenvolvimento coletivo e individual. Pretende-se que ela seja ampliada, diversamente ao caso das ocorrências onde se dá a relação entre empregador e empregado, relação onde os lucros estão em favor do proprietário do capital e acionista. Sem dúvida, as cooperativas e associações apresentam formas alternativas à diminuição de postos e ganhos do trabalho, atuando em favor de um desenvolvimento baseado na desconcentração do capital e distribuição de renda<sup>29</sup>. É importante levar em conta, quando se analisa a questão do trabalho coletivo sob este ângulo, que o associativismo como exigência estatal, como acontece no caso brasileiro, pode ser comprometido, enquanto estratégia de organização, se o aspecto da autonomia não for devidamente equacionado. <sup>30</sup> Neste caso, podemos comparar o caráter de

---

assumir como valor a importância e a necessidade do trabalho cooperativo, associativo, isto é, para que mude suas disposições econômicas”. (p, 254).

<sup>28</sup> Observa-se que o número de cooperativas voltadas para atividades agropecuárias é significativo, e há uma oscilação positiva nestes números, principalmente nos anos de 1993, 1994 e 1995, resultado das ações governamentais desta época. Segundo a Organização das Cooperativas Brasileiras (1996), o número total de agricultores associados é da ordem de 940.482, além de encontrarmos cooperativas agrícolas voltadas para a produção dos mais diferenciados produtos. In: OCB (Organização das Cooperativas do Brasil). Disponível em <http://www.ocb.org.br>.

<sup>29</sup> MORISSAWA, M. *História da Luta pela Terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001. (p, 232)

<sup>30</sup> LEITE, S.; HERÉDIA, B.; MEDEIROS, L. (et al.) *Impactos dos assentamentos: Um Estudo Sobre o Meio Rural Brasileiro*. Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. São Paulo. Ed. UNESP, 2004. Segundo a maior pesquisa realizada sobre os assentamentos rurais no Brasil, HERÉDIA (et al. 2004), destacam esta influência do Estado na formação das associações que estão presentes na maioria dos assentamentos: “As associações são a forma predominante, pelo simples fato de que é uma espécie de “exigência” do Estado: elas são a “personalidade jurídica” do assentamento e sua presença é quase que obrigatória para o repasse de créditos. (...) Todas essas organizações têm importância para a vida dessas comunidades e contribuem, sob diferentes perspectivas, para a integração desses grupos, ao mesmo tempo em que conferem aos assentados sua identidade social”. (p. 113)

*Serviço Social & Realidade, Franca, 16(1): 126-162, 2007*

141

“possível coação” aos membros participantes do trabalho coletivo formal, coação que advém dos movimentos sociais e do Estado.

O modelo de trabalho coletivo formal e centralizado pode levar a um economicismo exacerbado em função das condições adversas deparadas e das próprias deficiências na formação político-ideológica. Essas deficiências tornam-se relevantes porque alteram a formação dos grupos, distanciando os líderes das bases, modificando de forma negativa a questão da representatividade e da correlação de forças no interior das comunidades assentadas. Quando surgem essas divergências e esse distanciamento da base, a organização do trabalho coletivo formal fica comprometida. Neste caso, um provável “desencantamento” é gerado por esses equívocos de condução da organização interna da produção nos assentamentos.

Dentre os vários motivos responsáveis pelas transformações na organização coletiva formal, podemos citar aspectos potencialmente negativos, como a valorização da centralização das decisões, a especialização do trabalho, a divisão entre o trabalho manual e o intelectual, entre outros. No caso das organizações mais complexas de trabalho coletivo são mais recorrentes tais aspectos, como podemos exemplificar com as cooperativas e associações, modelos formais de cooperação. Na análise sobre trabalho coletivo formalizado, se mostra imprescindível a distinção entre a “representatividade” e a representação nas disposições políticas da organização do trabalho coletivo formal, onde o controle das ações por parte dos “representantes” não é o mesmo grau de controle dos trabalhadores da base. Afirma-se aqui que, aqueles que deveriam realmente ser representados, aparecem apenas como executores de determinadas tarefas e linhas de ações, nem sempre obtendo as informações necessárias sobre outras fases da organização do trabalho nas comunidades, principalmente no que diz respeito à implantação/captação de investimentos e recursos, etc. A forte presença de relações hierárquicas se configura como um dos elementos que conformam relações de classes e podem minar as intenções coletivas de trabalho.

Existem incoerências na organicidade da produção nos assentamentos. Ocorre que, logo após a regularização dos assentamentos, é exigido das famílias outro nível de organização, que ultrapassa o da reivindicação por terras. O desafio nesta etapa

é o de permanecer na atividade coletiva para organização do trabalho e da produção, onde razões variadas surgem para que a organização se modifique em sua forma, voltando-se para a individual. A pequena propriedade e a organização das famílias em assentamentos ainda se apresentam como uma alternativa importante para permanência destas no campo. No plano externo ao assentamento, a importância é justificada pelo aumento da produção local e pela possibilidade de facilitar a aquisição direta de alimentos, eliminada a atuação de “atravessadores”, barateando assim os preços dos alimentos introduzidos no mercado local/regional.

No plano interno, a importância da pequena propriedade é sentida na condição econômica do trabalhador, melhorando sua renda e, conseqüentemente a condição alimentar dessas famílias, com geração de empregos, mas com significativas transformações, que podemos elencá-las nos âmbitos econômico, social e político dos assentamentos. A produção e seu escoamento para o mercado bem como a produção de alimentos mais saudáveis, a questão dos preços e da concorrência são elementos importantes para o desenvolvimento dos assentamentos. Mesmo apresentando impactos no âmbito local/regional com graus diferenciados, é certo que os assentamentos provocam transformações também relacionadas às questões sociais e políticas.

No plano externo, a transformação que advém do processo de luta para a conquista da terra fortifica as relações de afinidades e podem colaborar para outras formas de sociabilidade. Neste caso, o individualismo comum ao mundo do capital pode ser contraposto. Esses espaços podem contribuir, por exemplo, no sentido de ressaltar a organização popular para o desenvolvimento agrícola auto-sustentável, visto que significa uma tentativa de “fuga” da lógica capitalista, o que influi na relação de identidade, de “ser um sem-terra”, facilitando a manifestação de ações coletivas (tanto as organizadas em atividades cotidianas, quanto as mais complexas, como as relacionadas ao planejamento do cultivo).

As políticas públicas de distribuição de terras no Estado de São Paulo espalharam assentamentos por várias regiões e as pesquisas apontam que os governos e seus órgãos investem poucos

recursos nestes espaços<sup>31</sup>. No cenário político, a força desta categoria organizada provoca reações. Prova disto é o surgimento de propagandas incentivando o agronegócio, a monocultura para a exportação, o uso de agrotóxicos, a defesa da grande propriedade. Neste caso, verifica-se a desatenção do Estado para com os assentamentos na observação das condições dos solos onde serão implantados, no tamanho e na divisão dos lotes.

A agricultura familiar constitui caso de trabalho coletivo específico, que não abrange o ideal mais amplo de um trabalho coletivo, advindo do MST e de segmentos da intelectualidade que discutem a produção em assentamentos, isto é, um ideal que incorpore a comunidade como um todo. Disso decorrem tensões entre a orientação dos movimentos, identificada com maior abrangência e esta forma mais tradicional (a familiar) que se apresenta como tendência “espontânea” do assentado.

A confiabilidade entre os envolvidos demonstra ser “peça chave” para que processo de trabalho coletivo formal obtenha êxito e para isso, se faz necessário o fortalecimento das redes informais de cooperação. No caso do trabalho coletivo informal, inevitavelmente encontraremos relações de identidades estabelecidas, visto que a adesão ao trabalho coletivo é livre, não se esquecendo de relacioná-la, é claro, com as necessidades objetivas e as condições históricas para essa adesão. Por isso, quando se analisa a organização do trabalho coletivo, fica claro que a construção dessas redes de ajuda surge também da impossibilidade de separar o mundo do trabalho e o da vida.

Sem a necessidade de o trabalhador utilizar estatutos e normas para legitimar sua ação é através da troca de dias de trabalho, auxílio nas colheitas, mutirões, que se apresenta o trabalho coletivo informal. Pode ser variável segundo a

---

<sup>31</sup> MEDEIROS, L.; BARBOSA, M. V.; FRANCO, M. P.; ESTERCI, N.; LEITE, S. (Orgs.). *Assentamentos Rurais: Uma Visão Multidisciplinar*. São Paulo. Ed. UNESP, 1994. MEDEIROS; ESTERCI (1994) comentando o trabalho realizado por LEITE sobre as políticas públicas voltadas aos assentamentos no Estado de São Paulo, afirmam: “(...) A não-consideração dessas unidades como uma das prioridades da política pública reflete-se em alguns aspectos apontados pelo autor, tais como a precariedade de infra-estrutura no que se refere a saneamento básico, habitação, escola, saúde, transporte e liberação de recursos não só a “conta-gotas” como também em tempos inadequados às práticas agrícolas vigentes”. (p. 16).

necessidade de complementação da força de trabalho, da utilização de maquinários, insumos, etc., criando estratégias para transpor os desafios impostos na condução do lote. Também se expressa através de mutirões para a construção de espaços sociais ou para a colheita individual. Neste caso, a troca de dias e o pagamento em dinheiro não existem, caracterizando a ajuda mútua, sejam elas baseadas nos costumes familiares, de vizinhança ou compadrio, entre outros<sup>32</sup>.

As condições objetivas e subjetivas para a adesão ao trabalho coletivo e suas configurações (formais ou informais), são alguns elementos que fazem parte das análises de pesquisadores que se debruçam sobre esta temática. Em todos os assentamentos é possível verificar alguma forma de trabalho coletivo, mas as que ficam em maior evidência, sem dúvida são os casos das associações e cooperativas, pois nem sempre as redes informais de trabalho coletivo conseguem ser detectadas.

### **Os Sujeitos da Pesquisa e o Trabalho Coletivo Informal**

No processo de apreensão sobre o trabalho coletivo informal no assentamento “17 de Abril”, vários foram os aspectos particulares levantados nas entrevistas concedidas por assentados da Agrovila II e apesar de não abarcarem toda a complexidade referente ao trabalho coletivo informal, a análise desses aspectos forneceu subsídios importantes para que a pesquisa pudesse abranger a dinâmica específica deste tipo de trabalho considerando a realidade da comunidade.

Ligada ao MST, a agrovila conta com 60 (sessenta) famílias que produzem em seus lotes vários gêneros como arroz, mandioca, abóbora, milho, hortaliças, bem como frutas e criação de frangos, suínos, gado leiteiro, etc. Oferece também a utilização de aparelhos sociais como a construção do Centro Cultural de Gênero

---

<sup>32</sup> SANT'ANA, A. L. *Desigualdades entre iguais*. A Diferenciação das Unidades Familiares do Assentamento São Francisco, em R. P. do Pinhal (PR). Mestrado em Ciências Sociais. Universidade Paulista. Faculdade de Ciências Sociais e Letras. Araraquara, 1996. Segundo o autor: “Ao mesmo tempo, os grupos informais permitem que uma pessoa envolvida descubra uma maior afinidade com um ou dois membros do grupo, e a partir daí, podem desenvolver outras atividades conjuntas (extra-grupo), que por sua maior complexidade ou pela maior duração, exigem um grau maior de confiança mútua.” (p. 155)

“Aparecida Segura”, local onde são realizadas reuniões (nas segundas, quartas e sextas-feiras) e ainda possui uma mini-padaria, sala de computação e futura instalação de uma biblioteca e “brinquedoteca”, além de duas salas-dormitórios. Além disso, é encontrada na comunidade uma área voltada para educação, a Escola de 1ª à 4ª. séries E. M. “Leonor Mendes Barros” e outro espaço voltado para o funcionamento de um posto de saúde (no modelo PSF), realizado pela política atual do governo federal em parceria com o municipal. Essas construções já existiam e foram reformadas voltando-se para a educação e saúde da localidade e ainda neste âmbito, uma parceria com a Prefeitura Municipal de Restinga se mostrou muito importante para o transporte dessas famílias para a zona urbana.

Na comunidade, a partir dos relatos informais dos assentados, encontramos dois grupos que se alinhavam ao trabalho coletivo informal: um grupo familiar e um de afinidade. Localizamos os sujeitos da pesquisa e realizamos entrevistas para que pudessemos captar todas as informações necessárias para analisar o trabalho coletivo informal no assentamento. Estas entrevistas<sup>33</sup> foram orientadas por um roteiro e, de forma a preservar a identidade dos entrevistados, empregamos nomes fictícios.

Buscamos ouvir e decifrar no discurso desses trabalhadores, quais as experiências na organização dos trabalhos coletivos informais e procurou-se analisar as alternativas para a preparação da área cultivada, para solucionar problemas com relação à mão-de-obra, escoamento da produção e aquisição de créditos, maquinários, insumos para o plantio, etc.

Também procuramos observar as transformações na percepção de mundo dos sujeitos entrevistados e nas relações estabelecidas entre eles, já que o trabalho coletivo informal está intimamente ligado a laços de confiança, identidade e afinidades, podendo diversificar assim as relações encontradas atualmente no mundo do trabalho.

---

<sup>33</sup> Realizadas com seis integrantes do grupo familiar e quatro no grupo de afinidade. Foi utilizado um gravador e depois transcritos os depoimentos.

## 5.1. Trabalho Coletivo Informal e o Grupo Familiar

No grupo de trabalho coletivo familiar encontrado na comunidade, o caráter informal do trabalho foi constatado na organização de sua produção. Observa-se a experiência do sistema de trocas de dias como compensação do trabalho e, ao organizar a mão-de-obra, estes se unem e preparam a terra para o cultivo em todos os lotes. A coletivização acontece apenas na atividade física, visto que cada um comercializa sua produção individualmente, o que representa uma limitação quanto ao caráter coletivo da atividade produtiva. Segundo os sujeitos pesquisados, não é freqüente a geração de produção excedente com qualidade suficiente para competição no mercado. De acordo com os entrevistados, a venda coletiva ocorre raramente.

Em entrevista realizada com Sr. Jonas<sup>34</sup>, um dos envolvidos no trabalho coletivo, nos relata quem são as pessoas que trabalham neste grupo:

Nós trabalhamos em seis irmãos. O Leonardo, o Paulo, o Bruno, a Antônia, e a Francisca. Somos em oito irmãos. (...) trabalhamos no lote de todos, n/é. Quando trabalha na minha roça, trabalho na roça de todos eles. Nós começa de uma até terminar a última, sempre um tem que ficar por último porque não dá pra fazer de uma vez. Então a gente termina (*o trabalho*) assim.

(Quando perguntado como realizou a comercialização dos produtos cultivados no seu lote, este nos esclareceu que):

Eu tirei oitenta sacos de arroz, dois carros de milho e uma saco de feijão. O milho e o arroz que a gente pode vender um pouco deu, aproximada, uma média de quinhentos reais (R\$ 500,00), os dois. E o feijão ficou pro gasto, só pra comer, foi pra panela. (entrevista de Jonas, irmão)

Os mais diversificados desafios estão presentes na condução dos lotes basta ver o valor da renda de R\$ 500,00 declarado. Os

---

<sup>34</sup> Este trabalhador mora no assentamento com a esposa, um casal de filhos, além de dois netos pequenos.

créditos acessados pelos assentados foram o Programa Nacional para Agricultura Familiar (PRONAF) e o custeio.

Na fala da Sra. Antônia<sup>35</sup>, que é uma das irmãs, é descrito quais as principais culturas produzidas pela família:

Ah, no meu lote eu planto arroz, feijão, milho, mandioca, n/é, e mais alguma coisa, batata-doce, assim, todas as coisinha miúda, abóbora, melancia. É de tudo tem um pouquinho. (Entrevista de Antônia, irmã)

Os produtos cultivados restringem aos de subsistência: arroz, feijão e milho em maior quantidade e, em menor escala, o cultivo de abóbora, chuchu e mandioca, entre outros. Essa limitação da produção se mostra de forma distinta em cada lote, principalmente devido a problemas relacionados à extensão do lote, ou falta de irrigação, etc. Verifica-se também que ocorre uma distinção na divisão do trabalho, já que alguns assentados trabalham em maquinários e outros na chamada “capina” e colheita.

Ah, primeiramente tem o menino (Bruno) que mexe com o trator, então ele já começa gradear e depois, gradeia, prepara a terra né, e planta ele mesmo. Aí depois, na hora de cuidar, aí vamos junto, no coletivo. Aí vem os irmãos (...). Então é assim, a gente acaba o lote de um, já passa para o lote de outro e é assim que nós trabalha. É tudo junto. (Antônia, irmã).

*(Quando perguntada sobre quem era o proprietário do maquinário) “O trator é do coletivo, da comunidade.” (Antônia, irmã)*

Outro ponto importante é que o trabalho na terra também passa a representar um valor diferenciado dos que apresentava anteriormente, isto é, de quando era um trabalhador assalariado. Neste ponto são usados frequentemente os termos “ajuda” e “facilidades coletivas”, demonstrando o que se alterou na condição de vida dessas famílias ao “optarem” pelo trabalho coletivo. Dentre

---

<sup>35</sup> Esta trabalhadora declara ser separada do marido, residir no assentamento em companhia de dois filhos, uma filha e um genro, além de dois netos.

os relatos, o de Francisca<sup>36</sup>, sinaliza a forma coletiva por representar facilidades para o trato no lote:

Porque aí a gente trabalhando no coletivo eu posso plantar, ele pode plantar, eu posso ajudar eles e eles podem me ajudar. Agora quando é individual, cada um pra si, a gente não consegue fazer avançar. Pra me ajudar a plantar, a roçar, colher, aí eu optei por eles, pelo trabalho coletivo pra ficar mais fácil pra gente. (entrevista de Francisca, irmã)

Nota-se que modelo de trabalho coletivo informal se mostra como estratégia para solucionar as muitas adversidades para permanência das famílias no campo. Outro elemento de destaque é com relação à importância que o assentado passa a dar a terra quando nela produz, mesmo com recursos apenas para a subsistência familiar.

O que se verifica nas observações-participantes efetuadas é que, em curto prazo, os benefícios do trabalho coletivo se dão pela satisfação obtida por não dependerem mais de uma autoridade externa, da figura do patrão e, a própria permanência das famílias no lote demonstra, que embora vagarosos, os resultados materiais são aceitáveis para sua sobrevivência, configurando melhorias na qualidade de vida. Logo, pode-se afirmar que a questão da autonomia para o trabalho é um elemento que apresenta grande relevância, já ressaltado em algumas pesquisas<sup>37</sup>.

É na transformação ocorrida na qualidade de vida desses assentados que o aspecto pedagógico do trabalho coletivo se faz presente. Neste ponto, segundo Bombardi (2004):

---

<sup>36</sup> Esta é mais uma das participantes do grupo que vive há oito anos no assentamento com seu esposo, uma filha e a neta. Segundo ela, a família aumentará em breve, já que seus outros dois filhos, que ainda estão no Mato Grosso, virão para o assentamento também.

<sup>37</sup> O item relacionado à autonomia do trabalhador rural já foi tratado por vários autores e o caso da Fazenda Capivari/SP é relatado pela pesquisadora BOMBARDI, L. M. e a questão da autonomia e liberdade é assim por ela exposta: “A autonomia que possuem é um elemento extremamente valorizado pelos camponeses, ainda quando a situação financeira das famílias não é a que consideram desejáveis. A liberdade de controle do próprio tempo, e, portanto, também do próprio espaço, aparece como algo muito positivo”. In: *O Bairro Reforma Agrária e o Processo de Territorialização Camponesa*. São Paulo, 2004. (p. 200)

Essa liberdade se dá em sentido amplo: vai desde a possibilidade de escolher qual cultura se quer trabalhar, da forma como vão imprimir-las em suas terras (controle do espaço), passando pela determinação de suas técnicas, pelo controle daquilo que foi produzido (o produto final do trabalho da família lhes pertence, não é diretamente apropriado por ninguém), até o ritmo de trabalho que se quer que se precise atribuir à própria família.<sup>38</sup>

Deve-se considerar também, que com relação a determinados itens, como o enfoque para a produção de arroz, os acréscimos se expandem, inclusive para os parentes não assentados, ampliando o raio de beneficiários.

A atuação de pessoas externas ao clã também se faz presente, principalmente nas relações de vizinhança, fato constatado pelo menos com um vizinho, o senhor Almeida<sup>39</sup>, que, após muitos anos sem contato com este grupo familiar, ao reencontrá-lo passou também a trabalhar de forma coletiva. A compensação do seu trabalho é diferenciada, ou relacionada à troca de dias de serviço, outras em divisão do produto colhido, sendo mais encontrada a primeira situação<sup>40</sup>. Considerado como integrante do grupo, que originariamente, se determinava apenas como um grupo familiar, o assentado declara que:

(...) Desde o ano de 1960 eu conheço eles. Então nós ficamos separados vinte e oito anos, eles foram pro Mato Grosso e eu fiquei no Paraná, depois viemos e nos encontramos aqui de novo. Aqui na Boa Sorte. (...) Então como a gente já era acostumada já, então nós trabalhamos sempre junto com eles. Porque (pessoas) de fora é difícil, então a gente já sabe as idéias como que é, então continua. (entrevista de Almeida, vizinho)

A produção observada nos seis lotes demonstra ser diferenciada tanto quanto a quantidade como qualidade dos produtos produzidos. Ocorre que o cultivo em alguns lotes fica

---

<sup>38</sup> Idem.

<sup>39</sup> Assentado à oito anos, casado e quatro filhos maiores que trabalham na cidade.

<sup>40</sup> Nota-se especificamente neste caso que a troca de dias de trabalho não pode ser igualada, já que o senhor Almeida possui menor área destocada e apropriada para o cultivo.

prejudicado pela existência de tocos de eucaliptos ainda não retirados, configurando o problema da “destoca”, de responsabilidade do Estado. Juntando a isso, podemos elencar problemas com relação à falta de água para irrigação, a falta de acesso a créditos em tempo hábil para a plantação, a falta de insumos, etc.<sup>41</sup>

## 5.2 Trabalho Coletivo Informal e o Grupo de Afinidades

Outro grupo de trabalho coletivo informal encontrado na comunidade é o denominado “Margarida Alves”, que apresenta relações distintas do primeiro grupo analisado, já que é formado por elementos de afinidade-identidade, além da compensação do trabalho não ser por troca de dias de serviço e sim realizada a partir da divisão do dinheiro auferido pelas trabalhadoras. A necessidade de trabalhar não só no lote como fora dele também levou o Grupo de Mulheres “Margarida Alves” a fabricarem pães, doces em compotas, etc. Inclusive, com formação de uma horta para que a venda de hortaliças possibilitasse uma ampliação na renda familiar.

As ações deste grupo se voltam para a comercialização de produtos colhidos em seus lotes e atuam numa feira do CEASA, no município de Franca, a 17 (dezesete) quilômetros do assentamento, no qual participam toda sexta-feira com a venda de aproximadamente: 03 (três) quilos de pães, 02 (dois) quilos de tapioca, 03 (três) quilos de bolos e doces de abóbora e mamão (compota), bem como doce de leite em pasta, picles, numa quantidade aproximada de 10 (dez) potes. Outros gêneros também são comercializados: 30 (trinta) quilos mandioca, 10 (dez) quilos de chuchu, 10 (dez) quilos de maracujá. Também inseriu em suas atividades uma horta que está produzindo alface, rabanete, rúcula, beterraba, cebolinha, couve, etc. Esse grupo está em atividade há três anos, aproximadamente, e na forma de rodízio encontram a solução para organizar o trabalho, já que as mesmas trabalhadoras não exercem todos os dias a mesma tarefa o que propicia o aprendizado de todas as fases da produção.

A importância que a organização do trabalho de forma coletiva representa para as assentadas é com referência a possível criação de relações mais horizontais, bem como as transformações

---

<sup>41</sup> Por isso, nas últimas safras não houve excedentes para venda, na produção.

ocorridas na percepção do mundo, isto é, da alteração do caráter individual do trabalho para a organização coletiva. Das quatro mulheres que fazem parte deste grupo, duas pertencem também ao grupo familiar citado anteriormente, que são as irmãs Antônia e Francisca.

Este grupo foi formado a partir de uma sugestão advinda da coordenação do assentamento com a finalidade de organizar as mulheres assentadas em uma atividade que auxiliasse na geração de renda das famílias. No início da formação do grupo, este era composto por um número maior de mulheres do que o atual, como se viu na entrevista. A diminuição é atribuída ao fato de haver um excesso de participantes, considerando a demanda de trabalho. No entanto, cabe analisar outros fatores que podem estar associados a outro aspecto: o de horizonte de colocação da produção (inicialmente a merenda escolar do município) ser menor do que a expectativa do grupo. O que parece mais provável é que a renda gerada no início não correspondeu a esta expectativa, com indicações de que a renda gerada foi considerada, por algumas das antigas integrantes, como muito limitada, face à demanda de horas de trabalho para cada participante.

No entanto, o relato a seguir fornece dados sobre a persistência e afinidade do grupo, estabelecido através das relações de vizinhança e amizade criadas pelas trabalhadoras:

(...) a gente viu que só o trabalho da roça tava ficando muito fraco, muito pouco, aí que nós fizemos: vamos montar um grupo aí qualquer. E aí nós começamos esse grupo, principalmente aqui em cima (Agrovila II), com vinte tantas pessoas, mas aí as pessoas foram esmorecendo, esmorecendo, desanimando, viu que aqui a coisa, não ia ganhar muito, e foi caindo. Aí as pessoas saíram, mas nós quatro continuemos firme. (entrevista de Francisca)

Observa-se que a relação estabelecida de forma conjunta se mostra diferente do grupo familiar, já que as ações do grupo de mulheres estão voltadas especificamente para a comercialização, situação diferenciada do grupo familiar, onde a produção se volta mais para o consumo. Quando a assentada Beatriz<sup>42</sup>, outra

---

<sup>42</sup> A assentada reside na comunidade com seu marido, dois filhos, uma filha e um neto.

participante é perguntada sobre a formação do grupo, esta nos afirma que:

É tudo assim distante, não é parente nem nada, nenhuma de nós. Agora, depois que a gente se conheceu, tornamos amigas e deu certo de trabalhar junto e eu acho que não tem assim, “treta” nem nada entre nós, então a gente é muito unida, nós quatro e é isso. (Entrevista de Beatriz)

Quando se obtém informações sobre o histórico do grupo, a questão da frustração está presente e as afinidades é que interferem na organização do trabalho coletivo.

Na opção pelo trabalho coletivo, da mesma forma que no grupo familiar, percebe-se que esta preferência também parte das necessidades objetivas e imediatas, principalmente para a ampliação da geração de renda e subsistência das famílias envolvidas.

Apesar disso, os limites do trabalho coletivo neste grupo se mostram menor, visto que a venda também ocorre de forma coletiva, situação que geralmente mais causa conflitos entre os trabalhadores. Esses conflitos podem surgir pelo histórico dos sujeitos para com as experiências coletivas, eventualmente com o aparecimento de desconfianças. O fato é que por não conseguirem a renda esperada, já que o grupo estava com muitas participantes e a renda adquirida não se mostrou satisfatória em relação à mão-de-obra, essas mulheres tiveram frustradas suas expectativas com relação aos ganhos.

A formação e permanência deste grupo foi incentivada pelo coordenador Sr. Augusto, que além de ser esposo de uma das envolvidas no trabalho grupal, a Sra. Lazara, colabora com o trato da horta do grupo.

A gente fornece mais ou menos duzentos e cinquenta a trezentos pão de quatrocentas grammas, por mês. Doce também, quando a gente tem a produção é de quinze, vinte, vidros com cada tipo de doce, em cada dois ou três meses. Então já não é tanto assim. Mas a gente faz o possível pra vender de vinte a trinta por mês. E quando não dá pra vender na semana a gente tem que manear a barra. (Entrevista de Lazara)

A Associação “Dorcelina Foliadora” também é uma das apoiadoras e, neste caso, esta emite notas para que se possam efetivar as vendas do grupo. A partir daí, já é possível notar que a produção é controlada de forma diferenciada, em comparação a produção encontrada no lote, onde as dependências das condições climáticas e do solo podem limitar a produção. Por outro lado, quando questionadas sobre quais produtos fabricam e a quantidade destes, elas nos afirmam que, apesar da produção não ser muito grande, atendem internamente e externamente ao assentamento, o que contribui para a permanência delas no assentamento. A fabricação desses produtos é realizada num Centro de comunitário onde, dentre várias salas, se encontra a cozinha comunitária. Esta cozinha, por não ser muito utilizada pelos outros assentados, é ocupada por elas. O espaço já ficou conhecido, internamente, como “a padaria comunitária”.

Já quanto aos aspectos voltados para a organização e divisão do trabalho, propriamente dito, sobre a forma como elas realizam esse trabalho, quando perguntadas como este ocorre, elas nos dizem que:

O trabalho nosso é o seguinte: a gente chega, e uma já vai amassar o pão, outra já vai fazer um cafezinho, eu sei que não fica ninguém parado, todo mundo trabalha no serviço. Então é uma coisa feita assim, com muito carinho, né. (...), não tem como nós falar assim: não, a fulana fez sozinha e eu não fiz, (...) é isso aí, é assim que a gente trabalha, sempre igual. Não tem divisão de fulana faz mais que outra não, é sempre igual. (Entrevista de Antônia)

Observamos neste item certa contradição, já que a primeira entrevistada nos revela que todas fazem o mesmo serviço e que não há diferenciação nas ações. Por outro lado, o relato da segunda assentada, nos traz a informação de que existe uma divisão de tarefas, sendo ela a tesoureira. Isso ocorre porque não existe distinção no trabalho de fabricação, mas observamos a existência de uma única pessoa tomando conta das despesas. Essa distinção se dá porque se muitas pessoas ficarem responsáveis pelo controle do dinheiro pode ocorrer um desajuste nas contas a pagar e a receber. Afirmaram ainda que a decisão de quem fosse o responsável pelas

finanças se deu de forma democrática, a partir de reuniões realizadas para essa finalidade, assim como o trabalho diário.

Como no caso deste grupo a venda também é realizada de forma coletiva, atenta-se para analisar como esta se dá e quem são os compradores. Um convênio com a Prefeitura de Restinga possibilitou a fabricação de aproximadamente 600 pães, fato que contribuiu para que os resultados obtidos fossem ampliados e para que o grupo continue atuando de forma coletiva.

Além disso, a possibilidade de levar os produtos em eventos fora do assentamento contribui para que a renda mensal seja incrementada. Esses eventos são, por exemplo, congressos realizados pelo MST, ou atividades desempenhadas por históricos parceiros, tais como o Sindicato dos Sapateiros e Vestuários e Franca e região e a UNESP/Franca. Com relação aos consumidores desses produtos e os investimentos dos resultados obtidos, as afirmações são as seguintes:

Percebe-se a partir da investigação de campo que no grupo de afinidade, a rotatividade de consumidores não é muito grande e a incerteza dos ganhos no final do trabalho são aspectos importantes na análise. Isto porque, quando escolheram trabalhar de forma coletiva, as assentadas tinham clara a possível situação de insegurança nos ganhos, mas ainda assim, este não foi um fator que desarticulasse as atuais integrantes.

Neste ponto, a coesão do grupo se mostra mais fortalecida e o excedente obtido com a fabricação dos produtos auxiliam nos pagamentos de contas da residência, na compra de produtos encontrados externamente ao assentamento, contribuindo para a permanência dessas famílias no “17 de Abril”. Ainda com relação aos resultados obtidos pela produção:

Ah, aí trinta, quarenta reais (...) esse mês rendeu bastante, graças a Deus. A gente conseguiu cento e trinta reais (R\$ 130,00) né, do orçamento. Que graças a Deus quase ninguém comprou fiado, porque quando compra bastante fiado, aí diminui cento e cinquenta (R\$ 150,00), duzentos reais (R\$ 200,00) no orçamento geral. (Entrevista de Francisca)

Então a gente, se der pra pegar uns oitenta assim, a gente pega, né. Depende do tanto de dinheiro que a gente tem pra tocar o caixa. Se tiver muito pouco, então a gente prefere deixar mais no caixa pra gente

continuar o trabalho e pegar aquele pouquinho que a gente acha que não vai fazer falta, né. Então é assim, se der pra gente pegar mais a gente pega, então isso depende da quantidade que a gente acha que dá. (Entrevista de Beatriz)

Percebemos nesses relatos que o rendimento obtido com a produção é muito pequeno com relação a quantidade produzida. Esse fato está relacionado ao acréscimo dos preços dos ingredientes utilizados na produção dos pães, além da qualidade desses produtos, que neste caso, se mostra superior aos comercializados no mercado, embora o preço cobrado esteja ao nível dos mesmos. Isso explica o baixo nível do índice de rendimento auferido pelas participantes do grupo. Esse foi um dos motivos pelo qual o número de participantes no grupo foi diminuindo com o passar do tempo.

A administração dos recursos é feita de forma rigorosa, já que a própria continuidade do grupo de trabalho depende desse controle. Se este não ocorrer, a compra de novos produtos, como a farinha, o óleo, açúcar fica comprometida. Além disso, devemos considerar que não há salário fixo estipulado entre elas, o que também influi na compensação individual pelo trabalho realizado.

Outro parâmetro importante para analisar as atividades desses grupos é o envolvimento com outras formas de trabalho coletivo, como por exemplo a formal, que é caracterizada pelas associações e cooperativas. Neste item, observamos que a atuação deste grupo coletivo informal esta intimamente ligada à Associação “Dorcelina Foliadora” e quando perguntadas sobre a associação, uma delas nos respondeu que:

nós estamos querendo entra pra associação “Dorcelina Foliadora”, n/é. Que é a do Augusto mais do Ranulfo (esposo de Beatriz). Porque nós num pega nota, não pode pega nem passa nota. E é importante pra nós pega nota pra apresenta na prefeitura, do trabalho da gente. Então a gente ta querendo faze uma reunião com eles, da associação, e a gente entra na associação deles. (Entrevista de Lazara)

A necessidade de o grupo ligar-se à associação ocorre, tanto pelas exigências para o acesso a créditos, imposta pelo Estado,

como pela necessidade de documentações que legalizem a venda a ser realizada. Neste item, a associação pode viabilizar a aprovação de um projeto<sup>43</sup>, via INCRA, para facilitar a produção neste grupo. Este projeto refere-se à aquisição de uma bateadeira elétrica, para a fabricação da massa dos pães, cilindro elétrico, para que os pães possam ser fabricados no mesmo padrão e um forno elétrico, diminuindo o tempo necessário para a conclusão do trabalho. A aprovação deste projeto significa grande vantagem para o grupo, visto que, deixando a condição de fabricação artesanal, representa uma diminuição do tempo de trabalho e mão-de-obra e, por outro lado, possibilita a ampliação da produção.

Diante disso podemos constatar que, apesar de pequena, a coesão encontrada neste grupo é maior e quando perguntadas sobre a opção pelo trabalho coletivo, a relação de afinidade se faz presente:

Olha, pra começar, é o tipo das pessoas. Porque tem pessoas que você não combina trabalhar junto, né. Tem pessoa que é muito difícil a gente lutar, então a gente tem que trabalhar com as pessoas que dá certo com agente. Que a gente entende. Porque aqui nós somos assim, se nós vai fazer alguma coisa, nós combina, nós senta, conversa, pra nós tomar uma decisão. E tem muitas pessoas que não aceitam isso, né. (Entrevista de Antônia)

Ah, eu acho que pela convivência. Então eu acho que é a convivência mesmo, da gente com as outras pessoas. Porque às vezes a gente ta triste, não sei (...) tem dia que a gente não acorda boa. Aí chega lá, começa a conversar, começa a brincar, começa a cantar, porque a gente até canta. Então é muito bom trabalhar assim, eu gosto, né. (Entrevista de Beatriz)

Interessante notar nesta fala que a satisfação pessoal ocorre no trabalhador, podendo surgir aspectos que ultrapassam o campo financeiro e seguem para o campo existencial e com isso pode ocorrer uma transformação na percepção da realidade dessas famílias. Essa alteração diz respeito à inevitável comparação das condições de vida no campo e na cidade.

---

<sup>43</sup> Projeto intitulado “Mão na Massa”, elaborado pela discente quando esta era estagiária no local.

Entender as alterações nos processos e relações de trabalho, em que os assentados encontram-se envolvidos, supõe considerar as transformações societárias, antes mencionadas, que estão incidindo sobre o Estado, as empresas, as entidades da sociedade civil sem fins lucrativos no campo dos serviços sociais e dos movimentos sociais. Os impactos das novas condições da economia, com a reorganização do mundo do trabalho, consideradas suas conseqüências objetivas e subjetivas, implicam em reordenações dos grupos e comunidades. Neste âmbito, a hipótese de formas solidárias, coletivas, de organização pode ser a chave para uma maior capacidade de resistência aos fatores de precarização das condições de vida.

### **Considerações Finais**

A investigação sobre o trabalho coletivo nos assentamentos apontou-nos a necessidade de procurar compreender como se dão as relações de trabalho coletivo e o porquê desta forma de organização. O estudo realizado sobre a temática agrária nos permitiu uma análise mais geral sobre a problemática da concentração de terras e sobre os desafios enfrentados nas comunidades assentadas, principalmente no que diz respeito à produção, à socialização de conhecimentos adquiridos individualmente pelos assentados, etc. Neste caso, a pesquisa realizada no Assentamento “17 de Abril”, antiga Fazenda Boa Sorte, proporcionou muitas reflexões sobre esses temas e sobre a concentração de terras na região de Ribeirão Preto, “reduto” da cana-de-açúcar.

Isso deixa evidente que as contradições existentes entre o meio rural e o urbano estão intimamente relacionados ao avanço do capital e dos grandes monopólios no campo. As instalações de grandes empresas agropecuárias acabam por gerar o desemprego, o desaparecimento das pequenas propriedades e a questão do subemprego ou emprego temporário, como reflexo desta política de produção capitalista em larga escala. Com isso, pode-se afirmar que as ocupações de terras são eminentemente uma luta por trabalho e por melhores condições de vida. Nas famílias que aderiram às ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), já estão presentes os sentimentos de coletividade e as esperanças advindas desta ação superam a simples aquisição de terras.

Ao se inserirem nesta luta, a possível politização se mostra concreta, com a participação em reuniões, debates e atividades propostas pelo Movimento, além da necessidade de discutirem com a comunidade a que pertencem, as dificuldades que surgem no processo de conquista da terra.

Ressalta-se ainda que não é possível analisar as experiências de trabalho coletivo desarticuladas do processo de politização dos assentados, pois neste ponto, a questão da participação coletiva e de aspectos democráticos de atuação estão intimamente ligadas. Isto evidencia que, além do trabalho coletivizado propiciar uma participação mais democrática no planejamento, também favorece uma conduta diferenciada quanto aos moldes de produção, além de construir um espaço voltado para a construção de uma nova sociedade mais equitativa.

Os desafios que se colocam para os trabalhadores na fase de acampamento estimulam as famílias a conviverem mais próximas e a repartirem seus poucos pertences, despertando a idéia de solidariedade e coletividade. Contudo, as experiências coletivas trazem a questão das relações de afinidade e identidade. Isso porque ao escolherem a forma coletiva de trabalho, geralmente procuram unirem-se àqueles trabalhadores que tenham maior proximidade no que diz respeito ao histórico de vida ou que tenham se reconhecido como iguais. Essa proximidade reflete nos agrupamentos para o trabalho coletivo, neste caso informal.

Vale observar que, o trabalho coletivo informal, característico dos trabalhadores camponeses tradicionais, revela-se no ato de cooperar, uma forma alternativa para o problema do surgimento das hierarquizações e da distância entre líderes e bases no processo de organização da produção coletiva formal.

Possibilitando maior articulação entre os assentados, o trabalho coletivo informal contribuiu para o fortalecimento das relações sociais; desenvolvem ideais éticos e igualitários; resgatam a confiabilidade e a união cooperativa dando legitimidade ao trabalho coletivo, responsável pela transformação do caráter individualista predominante nas relações sociais atuais.

A análise desses elementos é importante porque influi no quadro de definições das identidades dos grupos, interferindo na probabilidade de mobilização e no grau de politização entre trabalhadores. Os laços de confiança e de afinidades instituídas desde o início da comunidade são relevantes na organização do

trabalho coletivo até os dias atuais e percebemos que as relações parentesco, compadrio, de vizinhança, entre outras, estão articuladas com as formais, e o aspecto “confiabilidade”, neste caso, é responsável pela adesão ou rejeição ao trabalho coletivo e influenciam no convívio e na participação dos trabalhadores assentados.

Cabe trabalhar, a partir deste patamar, para elaborar estratégias de abertura deste coletivo familiar para formas mais amplas de cooperação. É claro que esta abordagem coloca para o médio e longo prazo o horizonte a ser considerado. Entretanto, não pode ser outra a forma de pensar de quem se propõe a mudar a sociedade.

No caso do grupo familiar estudado, percebe-se que o fato de alguns trabalhadores terem mais facilidade para o trato com maquinários, utilização de insumos, etc., não interfere negativamente na organização do trabalho coletivo, não havendo, neste caso, uma diferenciação na atribuição de qualidade do trabalho que cada um desenvolve, facilitando assim a organização coletiva da produção. No grupo de afinidades, a organização em forma de rodízio do trabalho se mostra facilitadora no que se refere ao aprendizado do processo produtivo, o que diminui o peso das relações hierárquicas e contribui para a organização coletiva do trabalho informal. A nosso ver, a estratégia fundamental está na realização de experiências-piloto que sirvam de efeito demonstração.

Apesar de todas as considerações feitas no conjunto deste trabalho, com relação às contradições existentes na organicidade da produção nos assentamentos, percebe-se que o conhecimento popular e tradicional da comunidade é um importante referencial para a resistência dos assentados.

Na ação de cooperar surge a resistência ao trabalho encontrado no sistema capitalista. Sendo os assentamentos espaços contendo características heterogêneas e contraditórias, os desafios enfrentados tanto com relação às formas diversificadas de organização da produção, bem como da comercialização e sua viabilidade econômica demonstram o intrincado jogo de forças, resultante dos conflitos no meio rural.

É claro que, principalmente no quadro da globalização capitalista, com a agudização da competição que a caracteriza, a opção pelo trabalho coletivo enfrenta obstáculos, seja nas condições

materiais predominantes, seja no seu reflexo no plano da consciência dos sujeitos. Isto se reflete intensamente nas condições da pesquisa de campo que embasa o presente trabalho. Entretanto é possível uma saída humanizante para os trabalhadores, particularmente os analisados aqui só podem dar-se por esta via.

LIMA, G. A. G.; SANT'ANA, R. S. Smallproducers and the informal cooperation in AGROVILAI of the establishment "17 de Abril", Restinga/SP. *Serviço Social & Realidade* (Franca), v. 16, n. 1, p. 126-162, 2007.

- *ABSTRACT: The analysis focus is in the organization of the informal collective work in establishments. We considered informal collective work, the one that elapses of an immediate need, however without the need of use of documentations or contracts that formalize the work. From those relationships spaces can appear with differentiated values, turned to identity relationships, strengthening the reliability relationships, found through relationship, or established by the bonds of affinity in the neighborhood, among others in the Establishment "17 de Abril", municipal district of Restinga/SP.*
- *KEYWORDS: establishments; informal collective work; affinity; identities.*

### **Referências Bibliográficas**

ALBUQUERQUE, V. O. *Reforma agrária no governo Lula: uma análise do II Plano Nacional de Reforma Agrária*. Tese de Mestrado de Serviço Social apresentada à UNESP- Faculdade de História, Direito e Serviço Social. Franca, 2005.

CASTRO, C. R.; SAMPAIO, P. A.; SILVA, R. P. *Guia da Reforma Agrária em São Paulo: Introdução às questões agrárias e fundiárias*. Brasília: INCRA, 2005.

DELGADO, G. A. *A Questão Agrária no Brasil, 1950-2003*. In.: *Questão Agrária no Brasil: Perspectiva Histórica e Configuração Atual*. São Paulo: INCRA, 2005.

FERRANTE, V. L. B. Diretrizes Políticas dos Mediadores: Reflexões de Pesquisas. In: *Assentamentos Rurais: Uma Visão Multidisciplinar*. MEDEIROS, L.; BARBOSA, M. V.; FRANCO, M. P.; ESTERCI, N.; LEITE, S. (Orgs.). São Paulo. Ed. UNESP, 1994.

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO, sessão Brasil, por Eduardo SCOLESE, publicado em 23/02/2003. (p. A. 04).

LEITE, S.; HERÉDIA, B.; MEDEIROS, L. (et al.) *Impactos dos assentamentos: Um Estudo Sobre o Meio Rural Brasileiro*. Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. São Paulo. Ed. UNESP, 2004.

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política. O processo de produção do capital*. 15 ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1996 (v. II).

MEDEIROS, L.; LEITE, S. (Orgs.) *A Formação dos Assentamentos Rurais no Brasil: Processos Sociais e Políticas Públicas*. Porto Alegre-Rio de Janeiro: Universidade UFRGS/ CPDA, 1999.

MELLO, M. C. D. *O Bóia-Fria: Acumulação e Miséria*. Rio de Janeiro: Petrópolis, 1978.

MORISSAWA, M. *História da Luta pela Terra e o MST*. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2001.

PROPOSTA DO II PLANO NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA, apresentada ao MDA e elaborada pela equipe técnica encarregada da sua formulação. Brasília, outubro, 2003.

ROMANO, J. O. *Poder, Valores e Conflitos nos Processos de Organização no Interior dos Assentamentos*. Comentários a um Debate. In.: *Assentamentos Rurais: Uma Visão Multidisciplinar*. MEDEIROS, L.; BARBOSA, M. V.; FRANCO, M. P.; ESTERCI, N.; LEITE, S. (Orgs.). São Paulo. Ed. UNESP, 1994.

SANT'ANA, A. L. *Desigualdades entre iguais*. A Diferenciação das Unidades Familiares do Assentamento São Francisco, em R.P. do Pinhal (PR). Mestrado em Ciências Sociais. Universidade Paulista. Faculdade de Ciências Sociais e Letras. Araraquara, 1996.

Artigo recebido em agosto/2006. Aprovado em fevereiro/2007